

ANEXO I

PROGRAMAS

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

1. Política de Saúde, Lei Orgânica de Saúde e Sistema Único de Saúde: Princípios e diretrizes.
2. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.
3. Estatuto do Idoso.
4. Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
5. Código de Ética (a ética e o serviço social, ação profissional e os aspectos éticos).
6. LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social.
7. A questão social e o Serviço Social.
8. As principais perspectivas teórico-metodológicas que fundamentam a prática profissional do assistente social.
9. Laudos, perícias e estudos sociais.
10. Políticas públicas e serviço social.
11. Relações entre Estado e sociedade civil: as mediações necessárias para uma prática comprometida com o projeto ético-político da categoria.
12. Adolescência em conflito com a lei
13. Elaboração e avaliação de programas e projetos sociais
14. Conselhos de direito e controle social
15. Sistema Único de Assistência Social

Bibliografia

1. BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009). Brasília, MDS:2009
2. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Da Ordem Social. Brasília: Senado Federal, 1988.
3. BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Brasília: Senado Federal, 1990.
4. BRASIL. Estatuto do Idoso. Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003. Brasília: Senado Federal, 2003.
5. BRASIL. Lei Maria da Penha: Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. Brasília, 2006.
6. BRASIL. Lei Orgânica de Assistência Social: Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília: Senado Federal,
7. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/Suas). Brasília: MDS, 2007.
8. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Norma Operacional Básica (NOB/Suas). Brasília: MDS, 2005.
9. CRESS- Coletânea de Leis- Lei de Regulamentação da Profissão, Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, Regulamentação éticas e Técnicas do Exercício Profissional, Regulamentação da Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social, Lei Orgânica do SUS, Lei Orgânica da Assistência Social –LOAS.
10. FRAGA, Cristina Kologseki. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. Revista Serviço Social e Sociedade – nº 101- março/2010.
11. IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. – 3.ed.- São Paulo, Cortez, 2000.

CARGO: ATENDENTE DE FARMÁCIA

Definições básicas em farmácia, formas farmacêuticas, nomenclatura de fármacos, vias de administração de medicamentos, noções de farmacocinética e farmacodinâmica, classes farmacológicas, cálculos farmacêuticos, legislação da área (medicamentos genéricos, gerenciamento de resíduos de serviço de saúde, regulamento técnico sobre controle especial de substâncias e medicamentos, boas práticas de dispensação e comercialização de medicamentos, Unidade de pronto atendimento, Conselhos de Farmácia, profissão farmacêutica).

BIBLIOGRAFIA

- ANSEL, H.C.; STOKLOSA, M.J. Cálculos Farmacêuticos. Porto Alegre: Artmed, 2008
- BISSON, M. P. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. 2º Edição. São Paulo: Manole, 2009.
- SILVA, P. Farmacologia. 8º Edição, Gen e Guanabara Koogan, 2013
- KATZUNG, B. e TREVOR, A. Farmacologia Básica e Clínica - LANGE. 13º Edição, Porto Alegre: Mc Graw Hill e Artmed, 2017.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC n.306, de 07 de dezembro de 2004 Dispõe sobre regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
- _____. _____. Portaria n. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.
- _____. _____. Resolução RDC n. 44, de 17 de agosto de 2009, que dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.
- _____. _____. Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999 - Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Política Nacional de Medicamentos. *Revista de Saúde Pública*, v. 34, n. 2, p. 206-209, 2000.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 10 de 3 de janeiro de 2017. Redefine as diretrizes de modelo assistencial e financiamento de UPA 24h de Pronto Atendimento como Componente da Rede de Atenção às Urgências, no âmbito do Sistema Único de Saúde.
- BRASIL. Lei nº 3.820 de 11 de novembro de 1960. Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia, e dá outras providências.
- BRASIL. Decreto nº 85.878 de 7 de dezembro de 1981. Estabelece normas para execução da Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, sobre o exercício da profissão de farmacêutico, e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976. Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.
- BRASIL. Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências.

CARGO: ENFERMEIRO E ENFERMEIRO - ESF

- 1- A Gestão da enfermagem em Serviços de Saúde Coletiva e Individual;
- 2- O enfermeiro na Equipe multiprofissional e a interdisciplinaridade;
- 3- O Cuidado de enfermagem à criança, ao adolescente, ao adulto, à mulher e em urgência e emergência;
- 4- Controle de Infecções em estabelecimentos de saúde e a biossegurança;
- 5- O Sistema Único de Saúde: legislação;
- 6- Estrutura e funcionamento dos Programas de Saúde Coletiva: Saúde da Mulher; Saúde da Criança e do Adolescente;
- 7- Controle da tuberculose, Hanseníase, Dengue, IST/AIDS;
- 8- Programa de Saúde da Família;
- 9- Agente Comunitário de Saúde;
- 10- Doenças e Agravos não Transmissíveis;
- 11- Vigilância em Saúde: vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, vigilância ambiental, vigilância em saúde do trabalhador;
- 12- A Ética e a Bioética na Enfermagem;
- 13- Imunização

BIBLIOGRAFIA

- AGUISSO, Taka; SCHMIDT, Maria José. O exercício profissional – uma abordagem ético legal. São Paulo: LTR, 1999.
- BRASIL. Calendário Básico de Vacinação. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Profe/Downloads/Calend%C3%A1rio%20Nacional%20de%20Vacina%C3%A7%C3%A3o%20-%202017.pdf>.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_37.pdf
- BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres / Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/protocolo_saude_mulher.pdf
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional da Atenção Básica. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>
- BRASIL. Lei 8080. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8080-19-setembro-1990-365093-normaatuizada-pl.pdf>
- BRASIL. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_clinico_diretrizes_terapeutica_atencao_integral_pessoas_infecoes_sexualmente_transmissiveis.pdf
- BRASIL. Lei 8142. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Cadernos de Atenção Básica, nº 33. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/caderno_33.pdf.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab_23.pdf
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. Guia de Vigilância em Saúde: volume 2 / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. 1. ed. atual. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <http://portal.arquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/05/Guia-de-Vigilancia-em-Saude-2017-Volume-2.pdf>
- BRUNNER, Lillian S. & SUDDARTH, Dóris. Tratado de Enfermagem Médico Cirúrgica. 11ª ed. Editora Guanabara Koogan, 2008.
- NETINA, Sandra M. Prática de Enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
- FILHO, Naomar Almeida; ROUQUAYROL, Maria Zélia. Introdução à Epidemiologia. 4 ed. Ed. Guanabara Koogan, 2006.
- COFEN. Código de Ética dos profissionais de Enfermagem. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o-554-2017.pdf>
- COFEN. Lei do exercício profissional. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html

CARGO: FARMACÊUTICO

Definições básicas em farmácia, desenvolvimento e regulação de fármacos, farmacocinética e farmacodinâmica, vias de administração de fármacos, bioequivalência, classes farmacológicas, cálculos em farmácia, farmácia clínica, farmacovigilância, assistência farmacêutica, atenção farmacêutica, boas práticas de manipulação, boas práticas de dispensação e comercialização de medicamentos, legislação da área (criação dos CFF e CRF, atribuições do farmacêutico, Código de Ética da Profissão Farmacêutica, regulamento técnico sobre controle especial de substâncias e medicamentos, medicamentos genéricos, gerenciamento de resíduos de serviço de saúde, Unidade de pronto atendimento).

BIBLIOGRAFIA

- ANSEL, H.C.; STOKLOSA, M.J. Cálculos Farmacêuticos. Porto Alegre: Artmed, 2008
- ANSEL, H. C.; POPOVICH, N. G.; ALLEN, L.V. Farmacotécnica: formas farmacêuticas e sistema de liberação de fármacos. Editora Premier, 2000.
- BISSON, M. P. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. 2º Edição. São Paulo: Manole, 2009.
- SILVA, P. Farmacologia. 8º Edição, Gen e Guanabara Koogan, 2013
- STORPIRTIS, S. et al. Ciências farmacêuticas, farmácia clínica e atenção farmacêutica. Guanabara e Koogan, 2008.
- KATZUNG, B.; TREVOR, A. Farmacologia Básica e Clínica - LANGE. 13º Edição, Porto Alegre: Mc Graw Hill e Artmed, 2017.
- WHALEN, K.; FINKEL, R.; PANAVELIL, T. Farmacologia Ilustrada. Porto Alegre: Artmed, 2016.
- WHO. Buenasprácticas de farmacovigilância para lasaméricas. Organización Mundial de laSalud e OrganizaciónPanamericana de laSalud, Washington, DC, 2010
- WHO. A practical handbook on the pharmacovigilance of medicines used in the treatment of tuberculosis. World Health Organization, Switzerland, 2012
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 306, de 07 de dezembro de 2004. Dispõe sobre regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
- BRASIL. Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.
- BRASIL. Resolução RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009, que dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999 - Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências.
- BRASIL. Resolução RDC nº 67, de 8 de outubro de 2007. Dispõe sobre as boas práticas de manipulação de preparações magistrais e oficinais para uso humano em farmácias.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Política Nacional de Medicamentos. *Revista de Saúde Pública*, v. 34, n. 2, p. 206-209, 2000.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 10 de 3 de janeiro de 2017. Redefine as diretrizes de modelo assistencial e financiamento de UPA 24h de Pronto Atendimento como Componente da Rede de Atenção às Urgências, no âmbito do Sistema Único de Saúde.
- BRASIL. Lei nº 3.820 de 11 de novembro de 1960. Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia, e dá outras providências.
- BRASIL. Decreto nº 85.878 de 7 de dezembro de 1981. Estabelece normas para execução da Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, sobre o exercício da profissão de farmacêutico, e dá outras providências.

- BRASIL. [Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976](#). Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.
- BRASIL. [Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973](#). Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências.
- BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução n. 417, de 29 de setembro de 2004. Aprova o Código de Ética da Profissão Farmacêutica.

CARGOS: MÉDICO E MÉDICO CLÍNICO GERAL PLANTONISTA

- Cardiopatias congênitas e adquiridas
- Hipertensão Arterial Sistêmica
- Insuficiência Cardíaca
- Miocardiopatias e Arritmias Cardíacas
- Dislipidemias
- Insuficiência Respiratória Aguda e Crônica
- Asma Brônquica e DPOC
- Pneumonias e Derrame Pleural
- Neoplasias, Leucemias e Linfomas
- Tuberculose
- Doenças do Esôfago e Estômago
- Doenças Inflamatórias Intestinais
- Hemorragia Gastro-Intestinal
- Diarréias e Parasitoses Intestinais
- Hepatites e Cirrose Hepática
- Pancreatites e Diabetes
- Hiper e Hipotireoidismo
- Doenças Reumáticas
- Doenças Hemolíticas e Anemias
- Insuficiência Renal Aguda e Crônica
- Glomerulopatias
- Litíase renal
- Infecções de Trato Urinário
- Neuropatias; Acidente Vascular Encefálico
- Cefaléias e Epilepsias
- Demências
- Doenças infecciosas e degenerativas encefálicas
- Coma e diagnóstico de morte encefálica
- DSTs e SIDA
- Hanseníase;
- Tétano
- Doença de Chagas
- Dengue; Febre Amarela
- Tabagismo e doenças relacionadas
- Alcoolismo e doenças relacionadas
- Outras drogas e doenças relacionadas
- Envenenamentos e Intoxicações
- Doenças dermatológicas comuns
- Doenças próprias da infância
- Transtornos de ordem psiquiátrica no adulto e na infância
- O Sistema Único de Saúde: legislação. Pacto pela Saúde
- Estrutura e funcionamento dos Programas de Saúde Coletiva
- Vigilância em Saúde

BIBLIOGRAFIA

- GOLDMAN L., SHAFER A. Cecil Medicina 24a.edição. Elsevier. São Paulo, 2014
- LINHARES I., DUARTE, G, GIRALDO P, BAGNOLI V. Manuais Febrasgo DST-AIDS, São Paulo, 2003

CARGO: MÉDICO PEDIATRA

- Acidentes na infância
- Adolescência – desenvolvimento biopsicosocioafetivo
- Atenção integrada às doenças prevalentes na Infância (AIDPI)
- A criança exposta ao HIV e HIV positiva
- Aleitamento materno
- Alergia alimentar
- Asma brônquica
- Avaliação nutricional
- Bronquite
- Crescimento e desenvolvimento neuropsicomotor da criança normal
- Deficiência auditiva
- Dermatoses frequentes na infância
- Transtornos hidroeletrólíticos
- Doença diarreia aguda
- Doenças exantemáticas
- Febre: manejo na criança
- Imunizações
- Infecção respiratória aguda e crônica
- Infecções do trato urinário
- Maus tratos, abuso e negligência
- Meningites
- Otites infecciosas
- Síndrome Hemolítico-urêmica
- Síndrome nefrótica e nefrítica
- Tuberculose

Bibliografia

- Tratado de Pediatria da Sociedade Brasileira de Pediatria. 2017. 4ª edição.
- PRORN- Programa de Atualização em Neonatologia. Secad. 11º ciclo. 2014. SBP.
- Manual de Aleitamento Materno. Departamento Científico de Aleitamento Materno da Sociedade Brasileira de Pediatria. 1ª edição. Luciano Borges Santiago. Ed. Manole.
- Manual de Pediatria do Desenvolvimento e do Comportamento. 1ª edição. Ricardo Halpern. SBP.
- Prevenção da Doença Meningocócica. Doença meningocócica fascículo 2. Marco Aurélio Palazzi Sáfiadi. SBP.
- TEP Título de Especialista em Pediatria. Guia de estudos em Pediatria, Neonatologia e Medicina dos Adolescentes. Benito Lourenço e Alexandre Netto. 1ª edição. Editora nVersos.
- Calendário vacinal 2017. Sociedade Brasileira de Imunizações. Disponível em: <https://sbim.org.br/calendarios-de-vacinacao>.
- Ministério da Saúde. Manual de Recomendações para o controle da tuberculose no Brasil. 2011. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_recomendacoes_controle_tuberculose_brasil.pdf
- Ministério da Saúde. Manual de Vigilância Epidemiológica de eventos adversos pós-vacinação. 3ª edição. 2014. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_epidemiologica_eventos_adversos_pos_vacinacao.pdf

CARGO: MÉDICO PSIQUIATRA

1. Delirium, demência, transtornos amnésicos e outros transtornos cognitivos.
1. Transtornos por uso de substâncias psicoativas.
2. Esquizofrenia.
3. Outros transtornos psicóticos: esquizoafetivo, esquizofreniforme, psicótico breve, delirante persistente, delirante induzido.
4. Transtornos do humor.
5. Transtorno obsessivo-compulsivo e transtornos de hábitos e impulsos.
6. Transtornos fóbicos-ansiosos: fobia específica, social e agorafobia.
7. Outros transtornos de ansiedade: pânico, ansiedade generalizada.
8. Transtornos alimentares.
9. Transtornos do sono.
10. Transtornos de adaptação e transtorno de estresse pós-traumático.
11. Transtornos somatoformes.
12. Transtornos dissociativos.
13. Transtornos da identidade.
14. Transtornos da personalidade.
15. Transtornos factícios, simulação, não adesão ao tratamento.
16. Retardo mental.
17. Transtornos do desenvolvimento psicológico.
18. Transtornos comportamentais e emocionais que aparecem habitualmente durante a infância ou adolescência.
19. Interconsulta psiquiátrica.
20. Emergências psiquiátricas.
21. Psicoterapia.
22. Psicofarmacoterapia.
23. Eletroconvulsoterapia.
24. Reabilitação em psiquiatria.
25. Saúde Mental Comunitária:
 - definição;
 - diferenciação em relação à psiquiatria convencional.
26. Saúde Mental no Brasil:
 - Legislação - Portarias do Ministério da Saúde nº 224 de 29/01/1992, nº 106 de 11/02/2000 e nº 336 de 19/02/2002 - www.saude.gov.br; Portaria nº 251/02
 - Lei Federal nº 10.216 de 06/04/2001 - www.saude.gov.br/bvs (Legislação).
 - Recursos extra hospitalares e seus objetivos - Saúde Mental no SUS - Centros de Atenção Psicossocial - MS 2004
27. Conhecimentos gerais dos transtornos.
28. Ética profissional.
29. Políticas de Saúde -
30. Lei nº 8080/90 e Lei nº 1142/90
31. Conceitos Fundamentais
 - Sistema Único de Saúde;
 - Municipalização da Saúde
 - Controle Social na Saúde
 - Programa de Saúde da Família;
 - Atenção Primária à Saúde.

Bibliografia

1. CORDIOLI, Aristides Volpato. **Psicofármacos**: consulta rápida. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.
2. SADOCK, Benjamin, SADOCK, Virgínia. **Compêndio de Psiquiatria de Kaplan & Sadock**. Porto Alegre: Artmed, 11ª edição, 2017
3. CID - X

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM E TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ESF

- 1- O cuidado de enfermagem à criança, ao adolescente, ao homem, à mulher, ao adulto, ao idoso e em situação de urgência e emergência: atuação do técnico em enfermagem;
- 2- Biossegurança e controle de infecções;
- 3- A atuação do técnico em Enfermagem nos principais programas de Saúde Coletiva e nas ações de vigilância em saúde;
- 4- O Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. A ética e a bioética do profissional de enfermagem;
- 5- A humanização das práticas em saúde. Direitos dos usuários dos serviços de saúde;
- 6- Atuação do técnico de enfermagem na atenção básica;
- 7- Imunizações.

BIBLIOGRAFIA

- AGUISSO, Taka; SCHMIDT, Maria José. O exercício profissional – uma abordagem ético-legal. São Paulo: LTR, 1999.
- ATKINSON e MURRAY. Fundamentos de Enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Carta dos direitos dos usuários da saúde / Ministério da Saúde. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_direito_usuarios_2ed2007.pdf
- BRASIL. Calendário Básico de Vacinação. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Profe/Downloads/Calend%C3%A1rio%20Nacional%20de%20Vacina%C3%A7%C3%A3o%20-%202017.pdf>.
- BRASIL. Lei 8080. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8080-19-setembro-1990-365093-norma-atualizada-pl.pdf>
- BRASIL. Lei 8142. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm
- BRASIL. Política Nacional da Atenção Básica. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Cadernos de Atenção Básica, nº 33. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/caderno_33.pdf.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab23.pdf
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. Guia de Vigilância em Saúde: volume 2 / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. – 1. ed. atual. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <http://portal.arquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/05/Guia-de-Vigilancia-em-Saude-2017-Volume-2.pdf>
- COFEN. Código de Ética dos profissionais de Enfermagem. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o-554-2017.pdf>
- COFEN. Lei do exercício profissional. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html
- NETINA, Sandra M. Prática de Enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

CARGO: TÉCNICO EM RADIOLOGIA

- RX posicionamentos
- Anatomia Básica
- Conceitos Básicos
- Tomografia

BIBLIOGRAFIA

- Leal, Robson. Radiologia: técnicas básicas: de bolso / Robson Leal. – São Paulo: Editora Escolar, 2006.
- Novelline, Robert A. Fundamentos de radiologia de Squire / Roberto A. Novelline; trad. Ane Rose Bolner – 5. Ed. – Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1999.
- Brontager, Kenneth L., 1937- Tratado de posicionamento radiográfico e anatomia associada / John P. Lampignano; (tradução Vania Regina de Souza Albuquerque... et al.). – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CARGO: ADVOGADO

Direito Administrativo

Administração pública – conceito e divisão
Princípios do Direito Administrativo
Atos Administrativos
Servidores Públicos
Licitações e Contratos

Bibliografia:

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2015.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: RT s2014
GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2011.
MELLO. Celso Antonio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2016.

Direito Constitucional

Da organização do Estado
Princípios fundamentais

Bibliografia

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2015
BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2012
BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

Direito Tributário

Princípios gerais do Direito Tributário
Tributos em espécies
Repartição das Receitas Tributárias
Obrigações e Créditos tributários
Administração Tributária

Bibliografias:

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
TORRES, Ricardo Lopes. **Curso de direito financeiro e tributário**. 19. ed. Rio de Janeiro. 2013.
PAUSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário Completo**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015

Direito Financeiro

Receitas
Despesas
Orçamento – Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei do Orçamento Anual
Lei de Responsabilidade Fiscal – LC101/00

Bibliografias

HARADA, Kiyoski. **Direito Financeiro e Tributário**. São Paulo: Atlas, 2011.
MACHADO, Hugo de Brito. **Direito Tributário e Financeiro**. São Paulo: Atlas, 2011.
OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Curso de Direito Financeiro**. 2.ed. São Paulo: RT, 2011